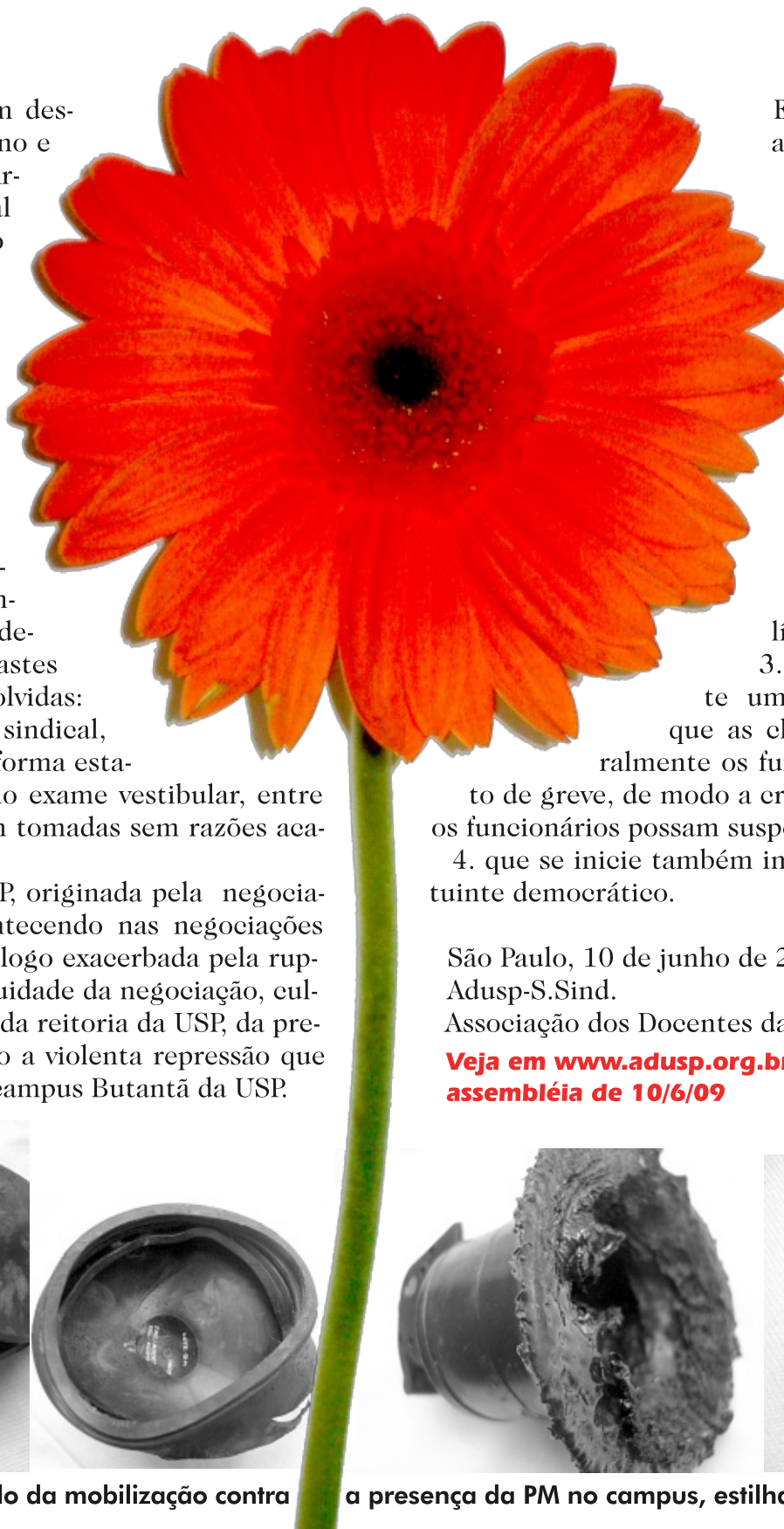


Declaração da Assembléia de 10/6/09

A Universidade de São Paulo tem desrespeitado, há anos, no seu cotidiano e nas suas instâncias de decisão, o Artigo 206 da Constituição Federal que define o princípio da gestão democrática do ensino público. O desrespeito fica evidenciado pela ausência de diálogo sempre que deliberações de Conselhos de Departamentos, Congregações e do Conselho Universitário acontecem sem a devida participação de alunos, docentes e funcionários. Nos últimos meses testemunhamos algumas dessas deliberações que, no lugar do diálogo, impõem de maneira autoritária suas decisões, gerando conflitos e desgastes desnecessários entre as partes envolvidas: demissão política de um dirigente sindical, o ingresso da USP na Univesp, a reforma estatutária da carreira, as mudanças no exame vestibular, entre outras. As três últimas, aliás, foram tomadas sem razões acadêmicas que as sustentem.

Na crise atual vivenciada pela USP, originada pela negociação de data-base, como vem acontecendo nas negociações dos últimos anos, a ausência de diálogo exacerbada pela ruptura por parte do Cruesp da continuidade da negociação, culminou com a solicitação, por parte da reitoria da USP, da presença da Polícia Militar, provocando a violenta repressão que vivenciamos na tarde de ontem no campus Butantã da USP.



Em função dessa sucessão de acontecimentos:

“Os professores da Universidade de São Paulo, reunidos em Assembléia no dia 10 de junho de 2009, em face dos graves acontecimentos envolvendo a ação violenta da Polícia Militar no campus Butantã, vêm a público exigir:

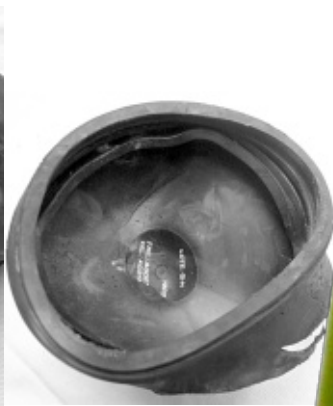
1. a renúncia imediata da professora Suely Vilela como reitora da Universidade de São Paulo;
2. a retirada imediata da Polícia Militar do campus;
3. que a nova administração adote uma medida firme para impedir que as chefias e direções assediem moralmente os funcionários que exercem o direito de greve, de modo a criar condições objetivas para que os funcionários possam suspender os piquetes;
4. que se inicie também imediatamente um processo estatuinte democrático.

São Paulo, 10 de junho de 2009.

Adusp-S.Sind.

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

Veja em www.adusp.org.br a íntegra das deliberações da assembléia de 10/6/09



Em consequência do pedido da reitora: Brutalidade da PM

Daniel Garcia (DG)

Terça-feira, 9 de junho de 2009.

Em protesto contra a presença da PM na universidade, estudantes e funcionários realizam ato junto ao Portão 1 da USP. Pacífica, a manifestação intenta ocupar o cruzamento da rua Alvarenga, mas a polícia já havia interditado o trânsito. À massa que grita contra a polícia, o tenente-coronel Claudio Miguel Marques Longo responde ordenando que não atravesse o cordão de isolamento. A passeata não pára e, com o dedo em riste, o comandante da operação brada aos policiais que se preparem para reprimir. A passeata avança pelo cruzamento e, chegando ao encontro da tropa, atrai flores em sua direção.

Seguiu-se mais de uma hora de tentativa diálogo com o comandante Longo, que silenciou sobre o fato de muitos dos PMs não estarem devidamente identificados. Com granadas de borracha nas mãos (as chamadas bombas de efeito "moral"), os policiais acompanharam todo o ato, que transcorreu sem incidentes.

Quando o carro de som e os manifestantes retornavam para o campus, ainda entoando palavras de ordem, é que a Força Tática foi chamada ao ataque. E atacou. Por mais de uma hora, estudantes, professores e funcionários foram perseguidos no interior do campus. Leia a seguir os depoimentos de quem sofreu as consequências da violência policial no campus.



Uma bomba lançada contra os manifestantes feriu Jonas Alves, um dos diretores do DCE. “Enquanto íamos em direção à reitoria para realização de Assembléia, fomos brutalmente atacados pela polícia. Um fragmento de bomba me machucou, me deixou surdo e zozno, ferindo gravemente minha coxa e minha panturrilha. Fui carregado até um carro e levado ao hospital, onde me fizeram um curativo. Terei reflexos dessa agressão física, moral e sem sentido, por pelo menos mais um mês de tratamento.”

Diante do Paço das Artes, a polícia cercou o carro de som que acompanhava o ato desde o início. Kraly de Castella Machado, também diretora do DCE, estava no caminhão: “Tiraram o motorista e arrancaram o microfone. Deixaram a gente encurralado em cima do carro, com muito spray de pimenta e gás”.

Do outro lado da rua, estudantes, funcionários e professores que se encontravam no interior da FE ouviram as bombas. Ana Paula Santiago do Nascimento, mestranda, conta que saíram no corredor, para ver o que estava acontecendo. “Nisso, chegou uma aluna correndo, dizendo que estavam jogando bombas. Fomos até o estacionamento. O Choque estava enfileirado em frente à entrada do estacionamento e continuaram jogando bombas, na nossa direção. Ouvimos os gritos e tinha uma moça chorando do nosso lado, porque uma amiga dela tinha sido ferida. Então telefonei para a Lisete [Arelaro], que estava na Assembléia da Adusp, no prédio da História, para que avisasse os professores do que estava acontecendo.”

“A polícia militar estava prendendo um companheiro do comando de greve [Celso Luciano Alves da Silva, funcionário do IEB] e fui tentar interceder”, diz Claudionor Brandão, um dos diretores do Sintusp. “Fui agredido, com várias palavras de baixo calão, cutucões no peito com cassetete e empurrões.” Ainda que tenha tentado dialogar com o comandante Longo, foi algemado e conduzido à 93ª DP, junto a outros dois manifestantes. Eles foram liberados na mesma noite. “Foi lavrado um termo circunstanciado, em que a PM informou uma versão totalmente deturpada dos fatos, com acusações de depredação do patrimônio, desobediência e desacato. Eu expliquei nossa versão. Agora o processo vai para um juizado especial, e nós temos que esperar os desdobramentos.”



Natalia Guerrero



CMI São Paulo



DG



DG



DG



DG

Informados sobre a repressão, os professores interromperam a Assembléia da Adusp, no prédio da História e Geografia, pouco antes de o edifício também se tornar alvo das bombas. Pablo Ortellado, professor da EACH, estava lá: “Sentimos um cheiro forte de gás lacrimogêneo e dezenas de nossos colegas começaram a passar mal devido aos efeitos do gás. Lembro da professora Graziela [Perosa], do professor Thomás [Augusto Santoro Haddad], do professor Alessandro Soares, do professor [Osvaldo] Coggiola, do professor Jorge Machado e da professora Lisete [Arelaro] todos com os olhos inchados e vermelhos e tontos pelo efeito do gás. A multidão de cerca de 400 ou 500 pessoas ficou acuada neste edifício cercada pela polícia e 4 helicópteros. O clima era de pânico. Durante cerca de uma hora, pelo menos, se ouviu a explosão de bombas e o cheiro de gás invadia o prédio”.

Adma Fadul Muhana, professora da FFLCH, também participava da Assembléia. “Quando olhamos para baixo, em direção à reitoria, vimos o batalhão de choque lançando as bombas. Era assustador. A Tropa de Choque vinha correndo e os estudantes só fugiam, só fugiam. Ouvi várias vozes: 'não provoca', 'corre', 'cuidado, professora'. Não vi ninguém incitando a violência, era o contrário. Fomos para o vão do prédio e eles continuavam avançando; só a avenida Luciano Gualberto nos separava da polícia. Ouvíamos o barulho dos helicópteros e das sirenes, ficamos lá até sentir que não iam invadir o prédio e as coisas se acalmaram. Os estudantes, então, deliberaram por realizar uma Assembléia no meio da rua, como uma barreira para que a polícia não subisse.”

Ato do Fórum das Seis repudia PM no campus

Na última terça-feira, o ato unificado do Fórum das Seis reuniu mais de mil pessoas em frente à reitoria da USP. Muni- dos de flores, os manifestantes, entre professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas, marcaram sua indignação em relação à presença da PM no campus.

Em sua fala, o presidente da Adusp, Otaviano Helene, relembrou os acontecimentos de 25/5, quando o Cru-

esp cessou unilateralmente as negociações da Campanha Salarial de 2009. “Foi um rompimento de negociação que sequer foi comunicado ao Fórum das Seis”, notou o professor, lembrando que, apesar de a coordenação do Fórum estar dentro da reitoria, “ninguém tomou nenhuma providência para garantir a negociação”. Na ocasião, a coordenação soube por meio de um segurança do prédio que não seria recebida pelo Cruesp.

Para Helene, ao chamar a PM para mediar as questões internas à universidade, a reitora admite que a polícia pode substituir as funções da chefe máxima da universidade. Durante o ato, que começou ao meio-dia e se estendeu até as 15h, policiais da Força Tática da PM permaneceram no interior do prédio da reitoria.

Compareceram ao ato o deputado federal Ivan Valente e o deputado estadual Carlos Gianazzi, ambos do PSOL. Va-

lente manifestou seu apoio ao movimento, destacando o “repúdio à presença da polícia no campus” e colocando o seu mandato à disposição do movimento. Já Gianazzi apontou que a bancada de seu partido na Assembléia Legislativa protocolou, nas comissões de Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública, o requerimento de uma audiência pública para discutir a presença da PM no campus. “Isso é inconcebível. É pra intimidar o movimento. É

uma questão de política estadual. Tudo isso nós vamos cobrar na audiência pública”, completa Gianazzi.

Além das entidades do Fórum das Seis, várias outras entidades participaram do ato manifestando sua solidariedade ao movimento, tais como Conlutas, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Movimento Negro Unificado e Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

Em meio ao conflito, reunião

Por intermediação dos deputados estaduais Carlos Gianazzi e Raul Marcelo, uma comissão de professores e estudantes foi recebida pelo vice-reitor, professor Franco Maria Lajolo, durante os incidentes da tarde de terça-feira, 9/6.

A comissão foi composta por três representantes dos estudantes, pelos professores Francisco Miraglia (IME), Lisete Arelaro (FE) e Zilda Iokoi (FFLCH), e pelos diretores da Adusp Carla R. O. Carvalho (ICB) e Marcos Magalhães (IME). Também participaram da reunião com o vice-reitor as diretoras da Faculdade de Educação, Sonia Penin, e da FFLCH, Sandra Nitrini.

A comissão reiterou o absurdo da atuação da PM e solicitou sua imediata retirada do campus da USP. O grupo solicitou ainda a interferência da reitoria na libertação dos três manifes-

tantes presos durante a tarde e na atenção aos feridos que haviam se dirigido ao HU para atendimento.

Os estudantes solicitaram enfaticamente que os nomes dos feridos fosse mantido em sigilo médico, para que não fossem utilizados pela reitoria para iniciar processos, administrativos ou judiciais, como teria ocorrido em outras ocasiões.

O vice-reitor disse que lamentava os incidentes e tentou se justificar reiterando os argumentos apresentados anteriormente. Lajolo informou que a Tropa de Choque já estava se retirando e que cerca de dois carros da PM permaneceriam para garantia do patrimônio. Registre-se que a Tropa de Choque saiu da vista das pessoas, (talvez aquartelada em algum prédio?), mas cerca de 20 carros da Força Tática permaneceram na USP a noite toda.

Cruesp cancela reunião com Fórum

Em telefonema ao coordenador do Fórum das Seis, no dia 9/6, o secretário do Cruesp, professor Alberto Carlos Amadio, cancelou a reunião de 10/6, previamente marcada entre a presidência do Cruesp e o Fórum. Nessa reunião seriam acertados os detalhes para a realização de nova rodada de negociações, que poderiam ser retomadas no início da semana de 15/6.

USP mobilizada

Em assembléia realizada em Ribeirão Preto no dia 9/6, os docentes deliberaram pela greve, aprovando uma moção de repúdio à presença do aparato repressivo no campus Butantã, realização de aulas públicas (todos os dias) e de uma plenária conjunta de professores, estudantes e funcionários na quarta-feira, 17/6. Os docentes de Ribeirão Preto consideram que vivemos um momento crítico da história da USP, tendo a reitora sido alertada, na reunião do dia 5/6, sobre os riscos da presença da Força Tática no campus Butantã. Registram ainda que o papel de um administrador é assegurar o diálogo para preservar o ambiente universitário. Res-

saltam que não podemos nos omitir. Sabemos como a presença da PM começa; não sabemos como termina.

A Assembléia Geral da Adusp em São Carlos, realizada em 9/6, considera que uma das principais virtudes do ambiente universitário é a tolerância, permitindo a livre discussão de idéias sem preconceitos e sem perigos de retaliações, tão comuns em ambientes autoritários. Considera que a presença de força militar armada no campus da capital é incompatível com a tolerância esperada em nosso meio. Espera a reabertura de negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis, pois considera que existem condições financeiras para

obtenção de benefícios há muito tempo esperados e para a recuperação de perdas salariais históricas. Considera que o fechamento das negociações é outro sintoma do ambiente de intolerância reinante em nosso meio, e que esse ambiente é incompatível com o respeito à multiplicidade de idéias. Foi agendada nova Assembléia Geral para o dia 17/6, na pauta da qual consta a discussão do estado de greve no campus de São Carlos.

No campus da USP em Pirassununga, os docentes aprovaram indicativo de greve a partir de segunda-feira, 15/6; em Piracicaba haverá uma Assembléia dos Docentes na próxima semana.

Ato contra repressão na universidade
Antonio Candido, Marilena Chauí
Fasubra, Andes-SN, Apeoesp, SBPC,
CUT, Conlutas e Força Sindical.
3ª feira, 16 de junho, às 10 horas, Anf. da Geografia

Debate 3ª feira, 16/6, 19h30, Anf. da Geografia
USP 75 anos: que universidade queremos para os próximos 25?
Francisco de Oliveira e José Sérgio Carvalho